



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **3001133-26.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas**
 Requerido: **TIM CELULAR S.A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora questiona a realização de cobranças promovidas pela ré relativas a linha telefônica que mantinha com ela.

Alegou que elas seriam decorrentes de mensagens que teria enviado, mas negou que isso tivesse sucedido.

Almeja à declaração de inexigibilidade de tais cobranças, bem como ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que suportou.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, a propósito dos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a existência de lastro às cobranças dirigidas à autora.

Os extratos de fls. 05/06 evidenciam que as cobranças se referem a mensagens encaminhadas a determinados números, o que foi refutado pela autora.

Contrapondo-se a isso, a ré limitou-se a ofertar as "telas" de fls. 49/56, as quais não podem ser aceitas porque concernem a linha ((32) 9146-9391) diversa daquela declinada a fls. 03/04 ((16) 8224-8171).

Aliás, os extratos de fls. 05/06 guardam ligação com a linha especificada pela autora e não com a referida na documentação amealhada pela ré.

Como se não bastasse, as denominadas "telas" encerram documentos unilateralmente confeccionados pela ré e que, isoladamente considerados, não podem ser tidas como prova inequívoca do respectivo conteúdo.

Outrossim, a ré acenou com a possibilidade da autora ter modificado a configuração de seu aparelho, o que teria dado causa ao envio das mensagens impugnadas (fl. 48, item 15).

Não lhe assiste razão, porém, seja porque a alegação não foi apresentada com a indispensável precisão (não se positivou qual a alteração poderia ter acontecido e em que medida ela renderia ensejo ao envio de mensagens à revelia da autora), seja porque nenhum indício sequer confere verossimilhança à possibilidade aventada.

Por fim, considerando a reiteração na indicação das mensagens e o curto espaço entre elas, é verossímil o argumento de que não partiram da autora.

O quadro delineado impõe o acolhimento da pretensão deduzida, declarando-se a inexigibilidade das cobranças levadas a cabo pela ré.

A mesma solução aplica-se ao pedido para ressarcimento dos danos morais suportados pela autora.

Ela por inúmeras vezes buscou junto à ré a resolução da pendência sem sucesso, chegando mesmo a dirigir reclamações à ANATEL.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Mesmo depois da intervenção desta e dos estornos promovidos pela ré, o problema se repetia outras e seguidas vezes, propiciando transtornos de vulto à autora que foram muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana.

Não se pode olvidar que os fatos se prolongaram em largo espaço de tempo, com início em julho de 2012, revelando a ré ao menos no caso dos autos falta de organização e estrutura para o devido atendimento da autora.

Nesse contexto, reconhece-se que ela experimentou danos morais passíveis de reparação, estando o montante da indenização postulada em consonância com os critérios utilizados em situações análogas (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade das cobranças relativas às mensagens especificadas a fl. 03/04, bem como para condenar a ré **TIM CELULAR S/A** a pagar à autora a quantia de R\$ 4.344,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA